

REQUERIMENTO Nº ,DE 2011
(Do Sr. Daniel Almeida)

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, para debater os 10 anos da Lei nº 3.708/01, que instituiu o sistema de cotas na UERJ e UENF.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requiero a V.Exa., que ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública, com a presença de representantes do Ministério da Educação, Ministro Fernando Haddad; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR- Ministra Chefe Luiza Bairros; Dr. Fábio Konder Comparato - Professor emérito da USP; Universidade Estadual do Rio de Janeiro(UERJ) Magnífico Reitor Ricardo Vieira Alves de Castro; Universidade Estadual da Bahia (UNEB) Magnífico Reitor Lourivaldo Valentim da Silva; Universidade de Brasília Magnífico Reitor José Geraldo de Sousa Junior; UNE - União Nacional dos Estudantes; **UNEGRO – União de Negros pela Igualdade; EDUCAFRO – Educação para Afro Descendentes e Carentes**, em data a ser oportunamente agendada, a fim de subsidiarem o debate acerca dos 10 anos de implantação do sistema de cotas e a conseqüente ampliação da participação do pobre e negro nas universidades brasileiras.

JUSTIFICATIVA

Em 2001, em Durban, África do Sul, ocorreu a 3ª Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, na ocasião o Brasil teve uma participação exemplar; organizou a maior delegação de conferencistas - depois da África do Sul, assumiu e relatoria oficial da Conferência e pactuou propostas de ações afirmativas capaz de mitigar a marginalização social oriunda do racismo que impacta especialmente sobre a população negra.

Nesse bojo nascem as propostas de cotas para negros e pobres nas universidades públicas brasileiras. Após a aprovação da Lei

3.708/01, no estado do Rio de Janeiro, dá início um processo virtuoso de inclusão de negros e pobres nas universidades brasileiras.

Após dez anos da realização da conferência e da implantação do sistema de cotas na UERJ e UENF, o Brasil avançou; mais de 51% das universidades estaduais e 42% das federais implantam alguma forma de ação afirmativa; instituímos órgãos governamentais para implantar políticas de igualdade racial, aprovamos leis contra a intolerância religiosa e, no ano passado, essa Casa aprovou o Estatuto da Igualdade Racial.

A ONU instituiu 2011, como o Ano Internacional dos Afrodescendentes, a Bahia receberá um encontro mundial de afrodescendentes entre 16 a 18 de novembro promovido pela ONU, dando mostra da importância do Brasil nesse tema. Na ocasião será avaliado o impacto das políticas governamentais inspiradas em Durban.

Temos que aproveitar acúmulo teórico produzidos nessa temática para avaliar e propor mais avanços, pois 500 anos de marginalização não se resolve em oito, o Brasil ainda mantém profundas desigualdades e a população negra continua entre os mais pobres.

Desse modo, esperamos contar com o apoio dos Nobres pares, para aprovar a realização de uma audiência pública, com a participação de governo, jurista, universidades, movimento estudantil e movimento negro brasileiro. Com isso espera-se contribuir para que a participação da população negra e pobre seja mais equânime, na perspectiva da consolidação da cidadania através da inserção de grupos minoritarizados nos centros de definição e de poder no país.

Sala das Sessões, em de de 2011.

Deputado DANIEL ALMEIDA
PC do B/BA